



APÓS GREVE VITORIOSA, LUTA EM DEFESA DA APOSENTADORIA CONTINUA EM 2018!

A greve nacional da Fasubra conseguiu, junto com outras categorias, impedir a aprovação da Reforma da Previdência em 2017. Governo ameaça retomar ataque em fevereiro. Agora é necessário intensificar a pressão aos Deputados Federais e construir uma mobilização unificada de todos os trabalhadores!



Página 2

As mentiras de Temer sobre a previdência

Página 3

Onda de ataque contra a educação superior

Página 4

Avaliação da Greve Nacional da categoria em 2017



RESISTÊNCIA À REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE INTENSIFICAR EM 2018

Adiada pela pressão dos trabalhadores, reforma da previdência deve voltar à pauta

A pressão dos trabalhadores de todo o país, com participação firme dos servidores técnico-administrativos, única categoria em greve nacional, fez com que o governo recuasse do seu plano de aprovar a (contra)reforma da previdência em 2017. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou oficialmente, dia 15 de dezembro, que a votação da proposta foi adiada para 19 de fevereiro de 2018. A pressão popular impediu que os golpistas alcançassem os 308 votos necessários para aprovação.

Vale lembrar que no primeiro semestre, a greve geral do dia 28 de abril e o Ocupa Brasília, realizado em maio, já haviam frustrado o objetivo de Temer, de aprovar a medida que ataca o direito à aposentadoria. As movimentações foram retomadas em novembro, quando Temer e seus asseclas, como o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, prometeram ao mercado financeiro que o texto seria aprovado na Câmara.

Naquele momento, o governo dava sinais de fraqueza, pois perdera apoio parlamentar na votação da segunda denúncia do Ministério Público contra o golpista presidente. Mesmo assim, Temer garantia que a reforma da previdência seria votada ainda em 2017, além de agir na compra de parlamentares, com verbas públicas e banquetes luxuosos.

Nossa greve, para fazer frente a essa pauta, participou de articulações com outros trabalhadores e promoveu atividades em vários estados do país e no Distrito Federal. Nos aeroportos, foram realizadas ações “corpo a corpo”, pressionando os deputados. Em Brasília, além da pressão no desembarque no aeroporto, a Fasubra foi a base com maior número de integrantes no fechamento da entrada da Câmara dos Deputados, dia 29 de novembro. O Comando Nacional de Greve promoveu ato simbólico importante, ao servir um sopão popular em frente à casa de Rodrigo Maia, enquanto o parlamentar recebia aliados, num banquete para barganhar votos em favor da reforma.

A classe trabalhadora alcançou, este ano, uma vitória importante, mas

momentânea. A ampla rejeição popular à reforma e as lutas de resistência ao longo do ano de 2017 foram um fator de pressão sobre deputados e senadores, dificultando a formação de uma maioria para a aprovação da medida.

Entretanto, a partida não terminou. O governo levou o jogo para a prorrogação. A pressão dos grandes empresários e banqueiros é enorme. Há uma forte e mentirosa campanha midiática a favor da reforma. Os ricos e poderosos não vão tirar férias. Afinal, a obsessão deste governo é acabar com o direito à aposentadoria, para gerar ainda mais lucro para o capital privado e garantir a remuneração dos rentistas, às custas dos trabalhadores.

É necessário, desde já, preparar a luta para o início de 2018. Não temos tempo para perder. Os inimigos estão articulados e mentem descaradamente para enganar a população.

Não é hora de vacilação. Está em jogo o direito à aposentadoria de milhões de mães e pais de família. As centrais, os sindicatos e movimentos sociais precisam construir um calendário unificado de mobilização que culmine num dia nacional de greve antes da votação em fevereiro. É preciso repetir o que fizemos na greve geral de 28 de abril deste ano.

Dia 05 de fevereiro é o dia apontado pelo governo golpista para reiniciar as negociações para comprar e manipular o voto dos deputados federais. A Assufgrs vai pautar essa data para a construção de um dia nacional de luta. Ao mesmo tempo, devemos intensificar a pressão sobre os deputados. No site da Assufgrs (assufgrs.org.br) você encontra a lista completa de e-mails dos deputados federais para entrar em contato com eles, exigindo que não votem a favor da reforma. 2018 é ano de eleições, é o momento ideal para deixar claro: quem votar pela reforma da previdência, não volta!



As mentiras de Temer sobre a previdência

Temer realiza uma milionária campanha publicitária para responsabilizar os servidores públicos pela má gestão da previdência social, com a mentirosa abordagem de “luta contra os privilégios”. Uma rápida pesquisa às regras do Regime Próprio da Previdência Social deixa claro que os servidores não são privilegiados, eles inclusive pagam contribuição previdenciária maior que os demais trabalhadores (11%) e ao se aposentar continuam a contribuir para a previdência, além de não ter FGTS.

O novo texto da reforma da previdência irá aumentar a idade mínima para se aposentar em 65 anos para homens, e 62 para mulheres, sendo necessário contribuir durante 40 anos para obter integralidade do benefício, calculado com base na média das contribuições. Essas regras valeriam, inclusive, para os servidores públicos.

Aposentadoria mais distante

Com a reforma ninguém mais vai conseguir se aposentar com aposentadoria integral, porque para isso seria necessário acumular 40 anos de contribuição. O Dieese - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas, mostra que o trabalhador do setor privado, por conta da rotatividade e da informalidade no mercado de trabalho, contribui uma média de 9 meses a cada 12 meses (um ano), ou seja, para ele atingir 25 anos de contribuição, teria que trabalhar quase 33 anos.

Seguindo essa média, para um trabalhador juntar os 15 anos de contribuição mínima exigida (e que só dá direito a 60% do valor do salário), ele teria que contribuir durante 19 anos. Para receber uma aposentadoria integral, com os 40 anos de contribuição exigidos, só seriam alcançados com cerca de 50 anos de trabalho, uma realidade improvável.

Dados do próprio governo mostram que apenas pouco mais de 20% dos aposentados comprovaram contribuição acima de 25 anos, isso sem levar em consideração as regras da reforma trabalhista, que devem reduzir ainda mais a capacidade do trabalhador contribuir com a previdência.

“A reforma trabalhista, que acaba de entrar em vigor, já está incrementando no país os empregos temporários e o trabalho intermitente, que paga por hora. Vai ser muito mais difícil você conseguir comprovar sequer os 15 anos de contribuição mínima”, aponta Eduardo

Fagnani, na Unicamp. Nesse cenário, o valor médio da aposentadoria do INSS no país, que é de apenas R\$ 1.500 por mês, deve ser drasticamente reduzido, já que a média dos benefícios cairá dos atuais 85% para cerca de 60% do salário.

Sonegação na Previdência

Segundo o relatório da CPI da Previdência, empresas privadas do país devem mais de R\$ 450 bilhões ao INSS. Entre elas, figuram gigantes como o banco Bradesco e a JBS, controladora da Friboi. Além disso, as desonerações e isenções de impostos aplicadas ao longo das últimas décadas fazem com que o governo deixasse de arrecadar cerca de R\$ 400 bilhões para o pagamento das aposentadorias e benefícios sociais. Uma verdadeira reforma da previdência, além de facilitar o acesso ao benefício pelos mais pobres, deveria atacar os sonegadores, exigindo o pagamento das dívidas.

Reforma mantém privilégios dos parlamentares

Enquanto afirma que a reforma da Previdência vai acabar com privilégios, o governo de Michel Temer defende a manutenção das atuais regras de aposentadoria especial para os parlamentares. Mesmo sendo considerada uma das leis mais “imorais” da República, a norma especial de aposentadoria parlamentar foi defendida pela Advocacia Geral da União (AGU) em manifestação recente ao Supremo Tribunal Federal (STF). A norma permite que o político que comprovar 35 anos de mandatos parlamentares (de vereador, deputado ou senador) possa receber a aposentadoria integral de um parlamentar federal: cerca de R\$ 33,5 mil por mês.

Mesmo que não comprove os 35 anos de atividade legislativa, os parlamentares têm o direito de se aposentar com salário proporcional ao tempo de contribuição. Por causa disso, a média da aposentadoria parlamentar no Brasil está atualmente em R\$ 14 mil por mês, um salário muito superior ao teto da aposentadoria pelo INSS, que é de R\$ 5,5 mil.

Fonte: Brasil de Fato



Na luta contra a onda de ataque à educação superior:

2017 foi marcado por cortes de investimentos e repressão nas universidades públicas e demissões em massa nas privadas

Se depender do que aconteceu neste último ano, 2018 não será nada fácil para as universidades e institutos federais. Mais do que nunca é necessário seguir firme na luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

2017 foi um ano complicado para as universidades e institutos federais, que enfrentaram cortes de 44% no Ministério da Ciência, tecnologia, Inovação e Comunicação, responsável pelo investimento nas pesquisas dentro das universidades. Já o Ministério da Educação, sofreu corte de R\$44,3 bilhões. Para piorar o cenário, a Emenda Constitucional nº95, aprovada por Temer e aliados, congelará pelos próximos 20 anos o investimento em educação pública federal, tendo como base o já enxuto orçamento de 2017.

Outros ataques sofridos pelas universidades federais este ano foram: o projeto de lei no Senado que quer privatizar a educação pública, permitindo que empresas escolham quais áreas da educação receberão incentivo privado; os cortes de bolsas do CNPq; cortes de repasse na assistência estudantil; e a tendenciosa sugestão do Banco Mundial para cobrança de mensalidade nas universidades públicas do país.

Repressão policial dentro das Universidades

No mês de dezembro, o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Jaime Arturo Ramirez foi alvo de condução coercitiva em uma operação da Polícia Federal (PF), chamada “Esperança Equilibrista”.

A operação investiga suspeita de imperícia no projeto Memorial da Anistia, da UFMG, inacabado por falta de verbas.

O ex-reitor, Ronaldo Tadeu Pena, as ex-vice-reitoras Rocksane de Carvalho Norton e Heloisa Gurgel Starling e as professoras Silvana Coser e Sandra Regina de Lima também foram levados para a Superintendência da PF. Todos conduzidos sem saber as razões da ação. Após liberado, o reitor Ramirez afirmou que, “a UFMG nunca se curvou e nunca se curvará ao arbítrio. Vamos resistir sempre”.

Reitor da UFSC sofreu o mesmo

A reincidência de caso semelhante acende um alerta na comunidade universitária contra arbitrariedades. No dia 03 de outubro deste ano, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, 60 anos, tirou a própria vida, após ser conduzido coercitivamente em uma operação da PF. “Decretei minha morte no dia da minha prisão”, desabafou o reitor no bilhete encontrado em seu bolso pela polícia.

O abuso em ações da Polícia Federal tem sido alvo de críticas e questionamentos de entidades da sociedade civil e parlamentares. Afastado das funções administrativas e acadêmicas por determinação judicial, Cancellier foi acusado por obstrução de justiça. Para a Fasubra, as ações da polícia e justiça federal são consideradas desproporcionais diante dos fatos e da disponibilidade de colaboração do reitor e da administração no caso.

Demissões em massa após reforma trabalhista

Após a entrada em vigor da reforma trabalhista, no último dia 11 de novembro, diversas universidades privadas do país vêm realizando demissões em massa de professores. Aqui no estado são relevantes as demissões de professores na PUC, ocorrendo mesmo antes da reforma, e na UniRitter. Nacionalmente, é emblemático o caso da Estácio de Sá, que demitiu cerca de 1.200 professores. A pergunta que fica é: as universidades privadas devem ser encaradas como mera empresas? Elas são somente capital investido ou são compostas também pelas pessoas engajadas (trabalhadores e estudantes) responsáveis pela formação de qualidade dos cidadãos de nosso país?

Continuamos em luta!

Com informações: SINDIFES /Brasil 247



AVALIAÇÃO DA GREVE DA FASUBRA 2017

Encerramos a Greve da Fasubra com o sentimento de dever cumprido e de vitória. Além de ter garantido que as mudanças na carreira dos servidores públicos federais não fossem aprovadas, o Governo Federal jogou a toalha e admitiu não conseguir aprovar a Reforma da Previdência em 2017.

A mobilização iniciou justamente com a pauta das carreiras do serviço público, que estavam ameaçadas pelo chamado carreirão. Logo veio a MP 805 aumentando a contribuição previdenciária. O Governo fez declarações defendendo o fim do ensino superior gratuito e a transformação das IFES em Organizações Sociais. Além disso, o golpista Temer passou para a ofensiva, tentando aprovar uma reforma da previdência que destruiria a aposentadoria de todos os trabalhadores brasileiros.

Embora a conjuntura fosse extremamente desfavorável, era inegável a necessidade de se colocar em luta contra esse novo ataque ao serviço público e ao aprofundamento da retirada de direitos sociais impostas pelo golpe de 2016.

Feitos da greve

Durante a greve, transpassamos os muros de nossas instituições e difundimos a visão dos trabalhadores da educação federal a respeito das medidas em trâmite no Governo e no Congresso, demonstrando as mentiras divulgadas diariamente nos meios de comunicação. Informamos a população sobre o desmonte do Estado brasileiro, a precarização do serviço público e o ataque à educação pública, gratuita e de qualidade.

A deflagração da greve no âmbito da UFRGS, da UFCSPA e do IFRS foi precedida de um intenso trabalho de base, com uma série de reuniões de mobilização nos locais de trabalho e com duas grandes assembleias, onde foi debatida cuidadosamente a necessidade da deflagração do movimento grevista. Tanto é verdade, que o início da greve foi fruto do convencimento da categoria de que o Estado de Greve não dava mais conta das necessidades do combate aos retrocessos.

Na sequência da deflagração, foi montado um Comando Local de Greve, onde o destaque foi a participação de novas e novos colegas, que se incorporaram à luta junto

com os colegas mais experientes. Devemos também destacar a disposição e a determinação de todos os companheiros do CLG, que se doaram a esta tarefa de grande responsabilidade, que foi a construção de nosso movimento.

A Assufgrs conseguiu realizar atos de panfletagem em diferentes bairros de Porto Alegre, do Centro Histórico à Restinga, e nas cidades de Rolante, Viamão, Osório, Canoas, Alvorada e Bento Gonçalves, com a distribuição de mais de 100 mil panfletos durante a greve. Também promovemos uma forte campanha nas redes sociais contra o deputado gaúcho Darcisio Perondi, um dos grandes defensores do fim da aposentadoria. Demos o recado aos parlamentares: se votar a favor da Reforma da Previdência, não volta! Nossas postagens chegaram a mais de 200 mil visualizações. Deve ser ressaltada a receptividade e a identificação da população com nossas pautas, tanto nas ruas das cidades, como nos comentários e compartilhamentos online.

Em Brasília, a Caravana da Fasubra fechou o Ministério do Planejamento no dia 27/11 e demonstrou que haveria grande resistência pelo movimento sindical organizado, se o governo não recuasse das suas medidas. O ato teve grande repercussão na mídia e garantiu que a Fasubra fosse a única categoria em luta a ser recebida pelo Governo golpista. Na reunião ficou garantido que nenhuma mudança na carreira aconteceria neste ano.

No dia seguinte, no ato dos servidores públicos federais, a presença massiva da base da Fasubra foi fundamental para o fechamento do anexo II da Câmara dos Deputados, em protesto contra a Reforma da Previdência. Neste dia o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também recebeu e Fasubra e demais categorias em luta contra a reforma.

No dia 5/12, os companheiros em greve da Assufgrs estiveram em peso nas ações do Dia de Lutas Contra a Reforma da Previdência. A base da Fasubra não aceitou o desmonte da Greve Nacional promovido por centrais sindicais como a CUT, a Força Sindical e a UGT. Os trabalhadores em greve entenderam que era um erro recuar e

garantiram o acontecimento dos atos nos aeroportos e caminhada pelo Centro de Porto Alegre, e em outras cidades do Brasil.

O CNG da Fasubra também realizou atos no aeroporto e no Congresso, pressionando os parlamentares diariamente. Em frente a casa de Rodrigo Maia, o CNG serviu um sopão para fazer um contraponto aos jantares servidos que tinham como objetivo corromper os deputados, para que apoiassem a Reforma da Previdência. Esse ato furou o bloqueio da mídia e levou nossa mensagem ao público dos grandes veículos de comunicação nacionais.

O movimento dos TAEs alcançou também veículos locais, como a Rádio Gaúcha, a RBS TV, a Zero Hora, Jornal do Comércio, TVE e o Correio do Povo; e até veículos internacionais, como a TeleSur, da Venezuela e a Rádio Argentina. Quebramos assim a barreira da grande mídia e conseguimos fazer com que nossa pauta fosse ouvida pela população, fazendo contraponto a Temer.

Vitória dos trabalhadores e novas perspectivas de luta!

O Governo Federal saiu derrotado! Desistiu de botar a Reforma em votação em 2017. Uma grande vitória do movimento paredista. Além disso, não foi nem apresentado o carreirão. Já o STF suspendeu a MP 805 (que aumentaria nossa contribuição previdenciária, de 11% para 14%, e congelaria reajustes de outras categorias). Nosso movimento está vitorioso pela luta que empenhou, a organização que desenvolveu e a força do trabalho em conjunto.

Seguimos em luta, contra todas as injustiças e ameaças à nossa soberania popular! Continuaremos nos mobilizando no ano de 2018, por que permanecem as discussões sobre a reforma da previdência e outros ataques. Inclusive, já está indicado que dia 5 de fevereiro serão retomadas as discussões sobre o fim da aposentadoria, e nós da Assufgrs estaremos mobilizados para enfrentar esta nova batalha.

**Nenhum direito a menos!
Só a luta muda a vida!**